

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.811 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: VALDIRENE VANDA NEUMANN SIMÕES
IMPTE.(S)	: VALTER AUGUSTO KAMINSKI
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. INTEMPESTIVIDADE DE RECURSO ESPECIAL RECONHECIDA NO STJ. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE, CONTRANGIMENTO ILEGAL OU ABUSO DE PODER. DIREITO DE IR E VIR. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. O *WRIT* NÃO PODE SER UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL, SALVO NOS CASOS DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.

I - Não se verifica nos autos a presença de constrangimento ilegal, nem ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão da ordem.

II – A via estreita do *habeas corpus* não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso para discutir questões alheias a liberdade de locomoção, tais como tempestividade recursal. Precedentes.

III – Inexistindo nulidade ou ilegalidade flagrante a ser sanada, não se pode admitir o *habeas corpus* como sucedâneo de revisão criminal, ante a verificação do trânsito em julgado do acórdão que tornou definitiva a condenação.

IV – Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

HC 103.811 / RS

Brasília, 31 de agosto de 2010.

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.811 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: VALDIRENE VANDA NEUMANN SIMÕES
IMPTE.(S)	: VALTER AUGUSTO KAMINSKI
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Valter Augusto Kaminski em favor de VALDIRENE VANDA NEUMANN SIMÕES, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou os embargos de declaração opostos no Agravo de Instrumento 1.206.088/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura.

O impetrante informa, inicialmente, que a paciente foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul, em sede de apelação, à pena de um ano de reclusão e dez dias-multa, substituída por prestação de serviço à comunidade, pela prática do crime de falso testemunho.

Inconformada com a condenação, a defesa interpôs recurso especial, que inadmitido na origem, ensejou a interposição de agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça, ao qual foi negado seguimento em virtude da intempestividade do especial.

Na sequência, a defesa interpôs agravo regimental e embargos de declaração que restaram, respectivamente, desprovidos e rejeitados pela Turma julgadora.

É contra o acórdão da Corte Superior que se insurge o impetrante.

HC 103.811 / RS

Sustenta, em síntese, que a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça não conheceu do recurso especial por considerá-lo intempestivo ao fundamento de que não teria sido transladada a peça comprobatória do envio do especial por fax para formar o agravo de instrumento.

Alega, ainda, o direito de a paciente ter o mérito de seu recurso examinado pelo STJ, uma vez que o recurso especial foi interposto dentro do prazo legal, sendo que constou dos autos informação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca da data do protocolo transmitido via fax.

Argumenta, também, que, ao não considerar tal informação apta para comprovar a tempestividade do recurso enviado por meio de fax, a Corte Superior negou *“existência ao princípio da presunção de legitimidade e veracidade dos atos públicos”*.

Afirma, assim, que, *“por mais que não tenha constado nos autos o protocolo da petição enviada via fax, constou informação gozada de fé pública, a qual, comprova a data de interposição do recurso especial”*.

Diz, mais, que não há legislação que exija a necessidade de comprovação do protocolo da petição enviada por fax, mas apenas que o recurso especial deve ser interposto dentro do prazo legal e comprovada sua tempestividade por ocasião do ajuizamento do recurso cabível contra sua inadmissão pelo juízo *a quo*.

Assevera, assim, que inexistindo forma específica prescrita em lei, a informação prestada pelo Tribunal gaúcho é verossímil, passível de comprovação, não podendo o STJ exigir o protocolo da petição enviada por fax, sob pena de ofensa ao princípio do devido processo legal.

Aduz, ademais, que a paciente está na iminência de sofrer cerceamento de sua liberdade de locomoção, em razão da

HC 103.811 / RS

inadmissibilidade do recurso especial.

Requer, ao final, a concessão da ordem para determinar que o Superior Tribunal de Justiça aprecie o mérito do recurso especial inadmitido.

Em 6/5/2010, por estarem os autos devidamente instruídos, determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson de Oliveira de Almeida, manifestou-se pela concessão da ordem para que, *“superada a preliminar de intempestividade, o Superior Tribunal de Justiça prossiga no exame do agravo de instrumento”*.

É o relatório.

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.811 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

Eis a ementa do acórdão impugnado:

“PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. JUÍZO PRÉVIO NA INSTÂNCIA A QUO. NÃO VINCULAÇÃO. JUNTADA POSTERIOR DE PEÇAS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Impraticável o agravo de instrumento ante a intempestividade do Recurso Especial.

2. O juízo prévio de admissibilidade realizado pela Corte a quo não vincula ou restringe o exame dos pressupostos recursais a ser realizado pelo relator na instância ad quem.

3. É pacífico nesta Corte o entendimento no sentido de ser impossível a juntada posterior das peças faltantes, com o objetivo de completar o traslado, em razão da ocorrência da preclusão consumativa

4. Agravo regimental improvido”.

Conforme relatado, o impetrante sustenta que o Superior Tribunal de Justiça equivocou-se ao inadmitir recurso especial lá ajuizado, ao fundamento de que seria intempestivo. Assim, pretende neste *writ* o reconhecimento da tempestividade do Resp para determinar que o STJ analise o seu mérito.

Ao contrário do que foi mencionado, não vislumbro nessa decisão nenhuma ilegalidade, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem.

HC 103.811 / RS

Com efeito, o *habeas corpus*, tal como está no art. 5º, LXVIII da Constituição Federal, é instrumento que se destina a garantir o direito à liberdade de locomoção do indivíduo, sempre que este sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em tal direito, por ilegalidade ou abuso de poder.

Daí porque o referido remédio constitucional visa a resguardar a liberdade de ir e vir do ser humano, quando efetivamente houver constrangimento decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.

É dizer, o *habeas corpus* é instrumento nobre, de uso excepcional, razão pela qual não pode ter seus contornos deformados a ponto de banalizá-lo.

Assim, não se pode ter, via de regra, como constrangimento à liberdade de locomoção decisão que nega seguimento ao agravo de instrumento em virtude da intempestividade do recurso especial interposto.

Desse modo, não se vislumbra, nem mesmo em tese, a suscitada ilegalidade e coação por parte da autoridade apontada como coatora.

Cumpre, destacar, ainda, que a discussão sobre os pressupostos de admissibilidade recursal deve esgotar-se dentro do próprio recurso, não sendo cabível essa pretensão por meio do remédio heróico.

Ressalte-se, também, que as vias ordinárias poderão ser adequadamente acionadas para a consecução dos fins pretendidos pelo impetrante. O pedido, portanto, é de todo incabível.

Nesse sentido, é o entendimento de ambas as Turmas desta Corte:

“HABEAS CORPUS. Pedido de absolvição em ação penal.

HC 103.811 / RS

Prescrição reconhecida. Punibilidade extinta. *Não ocorrência de fatos capazes de repercutir na liberdade de locomoção física do paciente. Inexistência de cerceamento da liberdade de ir e vir. Remédio processual impróprio. HC não conhecido. Agravo improvido. Precedentes. Habeas corpus não é via processual adequada para pleitear a absolvição de acusado cuja punibilidade foi declarada extinta, pela ocorrência de prescrição, por inexistir risco à liberdade de ir e vir do paciente (86.011-AgR/MG, Rel. Min. Cezar Peluso – grifos meus).*

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGADA DIFICULDADE NO ACESSO DA DEFESA ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DO PROCESSO-CRIME: ALEGAÇÃO INÉDITA, QUE NÃO PODE SER CONHECIDA SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA NÃO APRECIÇÃO DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA E DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA PARA A EVENTUAL PRISÃO: INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES. CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DENEGADO. 1. Não se comprovam, nos autos, a presença de constrangimento ilegal a ferir direito do Paciente nem ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão da ordem. (...) *sendo firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que, não havendo risco efetivo de constrição à liberdade de locomoção física, não se revela pertinente o remédio do habeas corpus, cuja utilização supõe, necessariamente, a concreta configuração de ofensa - atual ou iminente - ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas. Precedentes. 4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado.*” (HC 96.220/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia).

No mesmo sentido: HC 97.119-AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello;

HC 103.811 / RS

HC 82.880-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; HC 76.605/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; HC 79.791/GO, Rel. Min. Néri da Silveira.

Nessa mesma linha, em recente julgamento de caso análogo, HC 94.574/GO, Rel. Min. Dias Toffoli, realizado em 10/8/2010, esta Turma entendeu que o *habeas corpus* é incabível para analisar questões alheias à privação da liberdade de locomoção, tais como discussões relativas ao reconhecimento de tempestividade de recurso. Nesse julgado, assentou-se que:

“A impetração, tal como posta nos autos, tem a finalidade exclusiva de reconhecer a tempestividade do agravo de instrumento interposto no Superior Tribunal de Justiça, o qual, por sua vez, tem o objetivo de dar seguimento ao recurso especial interposto para aquela Corte Superior, não havendo previsão legal para a concessão da ordem nestes termos.

Demonstrado, em última análise, que o impetrante/paciente não busca afastar ou evitar qualquer ameaça ao seu direito de locomoção, mas tão somente desincumbir-se do ônus de comprovar a tempestividade do recurso no momento da sua interposição, conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Suprema Corte, a impetração não merece conhecimento” (grifos meus).

Cito, ainda, na mesma esteira o HC 81.524/SP, Rel. Min. Néri da Silveira:

“ Habeas Corpus. 2. Decisão do STJ que negou seguimento a agravo de instrumento, por deficiência na formação do traslado. 3. A decisão impugnada não atenta contra a liberdade de ir e vir do paciente. 4. Ressalvada a possibilidade de discutir os temas do recurso especial, em habeas corpus, até com maior amplitude. 5. Habeas corpus não conhecido” .

De qualquer sorte, destaco, que, neste caso, não houve qualquer

HC 103.811 / RS

ilegalidade, pois conforme constou do acórdão que julgou o agravo regimental no STJ, a paciente não juntou no agravo de instrumento protocolo de que o recurso especial havia sido interposto por meio de fax, realizando apenas posteriormente, na petição do agravo regimental.

Por oportuno, transcrevo os seguintes trechos do referido julgado, que bem esclarecem o ocorrido:

“(...) conforme já salientado na decisão ora agravada, a informação juntada à fl. 134 não tem o condão substituir o protocolo processual. De fato, a comprovação da interposição do recurso se faz por meio do protocolo ou de certidão que comprove a data de sua apresentação.

Dessarte, tendo o recorrente transmitido seu recurso via fax, deveria ter trasladado, pelo menos, a página do fax com o protocolo, a fim de comprovar sua interposição dentro do prazo legal, não bastando para os fins legais a simples juntada de informação do Tribunal, que nem ao menos atesta a interposição do Recurso Especial via fax.

Note-se que é assente o entendimento desta Corte, no sentido de que a tempestividade dos recursos é aferida pela data do protocolo lançado na petição da interposição destes, e não por termo de recebimento do Tribunal, comprovante de movimentação processual ou informações processuais, como pretende o agravante” (grifos meus).

Assim, consoante pronunciamentos reiterados desta Corte, é dever processual da parte zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível sanar o vício com a juntada posterior de documento. Nesse sentido cito, entre outras, as seguintes decisões: AI 237.361-AgR/SC, Rel. Min. Maurício Corrêa; AI 308.589-AgR/PR, Rel. Min. Moreira Alves; AI 493.916-AgR/RJ, Rel. Min. Joaquim Barbosa; AI 252.090-AgR/PE, Rel. Min. Celso de Mello; e AI 550.987-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 583.803-AgR/SP e AI 582.086-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau.

Por outro lado, a defesa deveria ter observado a correta formação do

HC 103.811 / RS

instrumento, inclusive com a cópia integral da peça enviada por fax, possibilitando a realização do juízo de admissibilidade do recurso pela Corte Superior, pois o exame dos pressupostos realizado pelo Tribunal *a quo* não vincula ou restringe sua análise pela Corte *ad quem*.

Por fim, verifico, em consulta ao sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça que a decisão ora atacada transitou em julgado em 24/5/2010, restando definitiva a condenação imposta à paciente. Assim, eventual erro judiciário deve ser questionado por meio de instrumento próprio, qual seja, a revisão criminal. Isso porque, como é sabido, o *habeas corpus*, em que pese configurar remédio constitucional de largo espectro, não pode ser utilizado como sucedâneo da revisão criminal, salvo em situações nas quais se verifique flagrante ilegalidade ou nulidade, o que, a meu sentir, não é o caso dos autos.

Diante do exposto, denego a ordem.

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.811 RIO GRANDE DO SUL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, vou pedir vênua para subscrever o parecer da Procuradoria Geral da República.

Eis o resumo do que ocorreu no Superior Tribunal de Justiça:

"Publicado o acórdão dos embargos em 30.03.2009, o prazo do recurso especial, iniciado em 01.04.2009, terminou no dia 15.04.2009. Nessa data foi protocolada a petição enviada por fax (fls. 134)," – utilizou-se o meio de transmissão moderno, fac-símile – "sendo que, no dia seguinte (16.04.2009)," – não se aguardou nem o transcurso dos cinco dias – "foi protocolada a petição original (fls. 135). Donde a tempestividade do recurso especial (art. 2º da Lei 9.800/99).

Isso posto, opino pelo deferimento da ordem para que, superada a preliminar de intempestividade, o Superior Tribunal de Justiça prossiga no exame do agravo de instrumento."

Em síntese, houve a interposição do recurso via fac-símile no prazo assinado em lei e a protocolação do original no dia imediato. Não se chegou a utilizar o espaço de tempo de cinco dias para essa apresentação.

Peço vênua para, ante esse quadro, conceder a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 103.811

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : VALDIRENE VANDA NEUMANN SIMÕES

IMPTE.(S) : VALTER AUGUSTO KAMINSKI

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 31.08.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Fabiane Duarte
Coordenadora